

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 15 de junho de 2021



Nesta edição:

- **Comissão de Meio Ambiente do Senado realiza audiência sobre a desestatização da Eletrobras;**
- **Comissão de Minas e Energia da Câmara discute a crise hídrica que atinge o País.**

Comissão de Meio Ambiente do Senado realiza audiência sobre a desestatização da Eletrobras

A Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal realizou audiência pública sobre a Desestatização da Eletrobras e contou com a participação da Diretora do Instituto Ilumina, Clarice Ferraz; do Coordenador Geral do Movimento dos Atingidos por Barragens, Fernando Fernandes; do Ex-Diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Mozart Bandeira Arnaud; e do Ex-Ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner Moreira.

Para Clarice Campelo de Ferraz, é vital um estudo de impactos econômicos da desestatização da Eletrobras, principalmente em razão da crise hídrica e a ameaça de um racionamento dos serviços elétricos. Apontou, também, a importância de buscar novos meios de obtenção de energia de fontes renováveis, pois há uma deterioração dos recursos hídricos nacionais.

Fernando Fernandes destacou que o cenário elétrico é preocupante e uma das consequências da privatização da Eletrobras será o aumento das tarifas, uma vez que o texto prevê a contratação de térmicas, que consiste na energia mais cara. Por sua vez, o aumento no custo da energia prejudicará o setor produtivo.

Segundo Mozart Arnaud, a Eletrobras possui grande capacidade de construir políticas públicas e detém os principais reservatórios de água doce do País, de forma que o seu controle é estratégico.

Nelson Hubner Moreira destacou que os consumidores irão pagar como se estivessem comprando energia de uma usina nova, ao preço mais elevado, e os impactos da desestatização da Eletrobras calculados pelo Ministério de Minas e Energia deveriam levar em consideração o cenário de contratação de fontes mais baratas, como eólica e solar.

Comissão de Minas e Energia da Câmara discute a crise hídrica que atinge o País

Na Comissão de Minas e Energia foi debatida a crise hídrica que atinge o Brasil. Participaram da audiência representantes da ANEEL; ANA; ANP; Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE); da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (FMASE); do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Para Thiago Barral, Presidente da EPE, o contexto da crise hídrica é severa principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. O plano de ação que vem sendo trabalhado pelas diversas entidades do setor de recursos hídricos e elétrico é composto pelo acionamento de termelétricas; autorização para importação de energia; gestão das restrições operativas das hidrelétricas, para preservar o nível dos reservatórios e priorizar outras fontes; gestão para disponibilidade de combustível para usinas termelétricas; gestão para entrada em operação de novas usinas e linhas de transmissão; e campanhas para consumo consciente e racional.

Thiago Barral, apontou, também, que no planejamento para o futuro está prevista agenda intensa de leilões para contratação de expansão da geração e da transmissão da energia, bem como o monitoramento do mercado livre.

Luiz Ciochi, Diretor Geral da ONS, defendeu que as principais medidas necessárias consistem em reduzir as restrições de vazão nas usinas de Jupuí e Porto Primavera; flexibilizar a operação dos reservatórios de cabeceira da bacia do Paraná, principalmente Furnas, a fim de não usar essas águas para geração de energia elétrica; reduzir o calado ou paralisar a hidrovia Tietê-Paraná a partir de 01 de julho; e flexibilizar a operação dos reservatórios do rio São Francisco.

Para Ciochi, com a implementação das ações não haverá problema de energia ou de potência ao final de novembro de 2021. No entanto, a não aplicação resultará em uma situação frágil em 2022 para atender a necessidade de energia. Outras ações necessárias são: aumentar a oferta de geração, antecipar obras de transmissão e avaliar a possibilidade de flexibilização de limites de intercâmbio entre regiões.

Segundo André Pepitone, Diretor-Geral da ANEEL, frente a autorização de utilização de todo o despacho térmico, **estima-se custo adicional de aproximadamente 9 bilhões de reais, que resultará em impacto de 5% no custo da energia, a ser repassado para as tarifas dos consumidores cativos em 2022 e já em 2021 para os consumidores livres.**

Cristiane Ferreira e Patrick Thomas, representantes da ANA, fizeram panorama das resoluções apresentadas para o enfrentamento da situação crítica. Com relação aos impactos sobre o uso dos recursos hídricos, não são vislumbrados problemas de insuficiência de água para

atendimento aos usos consultivos, como irrigação e abastecimento público, mas são esperados impactos no turismo, lazer e na navegação.

Marcelo Moraes, Presidente do FMASE, apontou, dentre outros, a necessidade de adoção de três medidas para a garantia do equilíbrio no setor elétrico, como o avanço das gerações variáveis ou intermitentes, ou seja, as outras renováveis que não a hidráulica; a substituição de uma base hidrelétrica para uma térmica; e aumento do número de reservatórios no Brasil.

Marcos Madureira, Presidente da ABRADDEE, explanou sobre a contratação de energia pelas distribuidoras através dos leilões públicos organizados pelo MME, onde são adquiridas energias das diversas fontes (hidráulica, térmica, eólica, solar, etc). Para Madureira, hoje existe uma sobrecontratação de energia por parte das distribuidoras, ou seja, tem mais energia contratada do que energia demandada pelos seus consumidores, de forma que não se trata de uma crise de planejamento, mas sim um evento de origem hídrica onde não se conseguiu gerar através das hidrelétricas o volume originalmente previsto.

Madureira destacou, também, que em caso de despacho de usinas térmicas, existe um aumento do custo de energia que é repassado aos consumidores, inclusive com a sinalização das bandeiras tarifárias. O cenário atual é de bandeira vermelha, o que sinaliza um custo maior dessa energia oferecida ao consumidor.

Gilvan Sampaio, representante do INPE, evidenciou que o período de seca tem começado mais cedo e finalizado mais tarde nos últimos 20 anos, o que deve ser considerado na operação de todo o sistema elétrico.

Por fim, para Helio Bisaggio, Superintendente da ANP, a Agência não tem participação ativa na mitigação da crise hídrica, sendo apenas uma atuação acessória de monitoramento do escoamento do gás natural para consumo nas termelétricas.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA